

*Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.*

## **Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2013**

*fevereiro de 2014*  
*Este relatório contém 56 páginas*

## CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
<b>I</b>	<b>Demonstrações financeiras</b>
	Demonstração dos resultados 4
	Demonstração do rendimento integral 4
	Balanço 5
	Demonstração das alterações no capital próprio 6
	Demonstração de fluxos de caixa 6
<b>II</b>	<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>
<b>II.1</b>	<b>Políticas contabilísticas</b> 7
<b>II.2</b>	<b>Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas</b> 15
<b>II.3</b>	<b>Segmentos Operacionais</b> 18
<b>II.4</b>	<b>Notas à demonstração dos resultados</b>
Nota 1	Prémios adquiridos, líquidos de resseguro 19
Nota 2	Custos com sinistros, líquidos de resseguro 20
Nota 3	Participação nos resultados e Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro 20
Nota 4	Custos e gastos de exploração líquidos 20
Nota 5	Rendimentos 21
Nota 6	Gastos financeiros 21
Nota 7	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas 21
Nota 8	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas 21
Nota 9	Imparidade (líquida de reversões) 22
Nota 10	Custos e gastos por natureza a imputar 22
<b>II.5</b>	<b>Notas ao balanço</b>
Nota 11	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem 23
Nota 12	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através ganhos e perdas 23
Nota 13	Ativos financeiros disponíveis para venda 23
Nota 14	Empréstimos e contas a receber 24
Nota 15	Outros ativos tangíveis 24
Nota 16	Ativos intangíveis 25
Nota 17	Provisões técnicas, líquidas de resseguro 25
Nota 18	Benefícios a empregados 26

*(Handwritten signatures and initials)*

		<b><u>Pág.</u></b>
Nota 19	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	30
Nota 20	Impostos correntes e Impostos diferidos	31
Nota 21	Outros credores por operações de seguros e outras operações	32
Nota 22	Acréscimos e diferimentos	32
Nota 23	Outras provisões	32
<b>II.6</b>	<b>Notas à demonstração das alterações no capital próprio</b>	
Nota 24	Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas	33
<b>II.7</b>	<b>Outras notas</b>	
Nota 25	Transações com partes relacionadas	34
Nota 26	Gestão de riscos	36
Nota 27	Justo valor	48
Nota 28	Passivos contingentes e compromissos	49
Nota 29	Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de <i>bailout</i>	49
Nota 30	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	50
<b>III</b>	<b>Inventário de títulos</b>	
<b>IV</b>	<b>Relatório dos auditores</b>	

# I. Demonstrações financeiras

## Demonstração dos resultados

		2013			2012		
		Não vida	Não técnica	Total	Não vida	Não técnica	Total
Premios adquiridos líquidos de resseguro	1	140.449.294	-	140.449.294	137.613.452	-	137.613.452
Premios brutos emitidos		145.679.890	-	145.679.890	143.134.016	-	143.134.016
Premios de resseguro cedido		(4.748.956)	-	(4.748.956)	(4.746.219)	-	(4.746.219)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(485.399)	-	(485.399)	(778.941)	-	(778.941)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		3.759	-	3.759	4.596	-	4.596
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2	(104.373.721)	-	(104.373.721)	(102.223.659)	-	(102.223.659)
Montantes pagos		(100.787.669)	-	(100.787.669)	(101.198.314)	-	(101.198.314)
Montantes brutos		(100.875.805)	-	(100.875.805)	(101.513.822)	-	(101.513.822)
Parte dos resseguradores		88.136	-	88.136	315.508	-	315.508
Provisão para sinistros (variação)		(3.586.052)	-	(3.586.052)	(1.025.345)	-	(1.025.345)
Montantes brutos		(3.603.186)	-	(3.603.186)	(1.025.345)	-	(1.025.345)
Parte dos resseguradores		(17.134)	-	(17.134)	-	-	-
Participação nos resultados, líquida de resseguro	3	(462.000)	-	(462.000)	(462.000)	-	(462.000)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3	(262.709)	-	(262.709)	(110.881)	-	(110.881)
Custos e gastos de exploração líquidos	4	(26.631.431)	-	(26.631.431)	(26.261.333)	-	(26.261.333)
Custos de aquisição		(19.954.390)	-	(19.954.390)	(19.596.731)	-	(19.596.731)
Custos de aquisição diferidos (variação)		876	-	876	(2.593)	-	(2.593)
Gastos administrativos		(7.514.002)	-	(7.514.002)	(7.463.608)	-	(7.463.608)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		836.085	-	836.085	801.599	-	801.599
Rendimentos	5	1.294.937	309.263	1.604.200	1.148.910	265.699	1.414.609
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		1.294.937	309.263	1.604.200	1.148.910	265.699	1.414.609
Gastos financeiros	6	(268.344)	(8.792)	(277.136)	(144.942)	(7.900)	(152.842)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(268.344)	(8.792)	(277.136)	(144.942)	(7.900)	(152.842)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	7	24.919	(447)	24.472	(140.822)	(165.591)	(306.413)
De ativos disponíveis para venda		24.919	(447)	24.472	(140.822)	(165.591)	(306.413)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	8	33.585	-	33.585	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		33.585	-	33.585	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	9	-	71.027	71.027	-	(168.884)	(168.884)
De ativos disponíveis para venda		-	-	-	-	-	-
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-	-	-
De outros		-	71.027	71.027	-	(168.884)	(168.884)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		125.456	-	125.456	91.379	-	91.379
Outros rendimentos/gastos		-	(136.827)	(136.827)	-	(244.168)	(244.168)
<b>Resultado líquido antes de impostos</b>		9.929.986	234.224	10.164.210	9.510.104	(320.844)	9.189.260
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	20	-	(3.151.325)	(3.151.325)	-	(2.926.316)	(2.926.316)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	20	-	13.114	13.114	-	71.369	71.369
<b>Resultado líquido do exercício</b>		9.929.986	(2.903.987)	7.025.999	9.510.104	(3.175.791)	6.334.313

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Demonstração do rendimento integral

Itens que podem ser reclassificados para resultados

Reserva de reavaliação

Reservas de reavaliação, bruto

Impostos diferidos

Itens que não serão reclassificados para resultados

Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos

Total outro rendimento integral

Resultado líquido do exercício

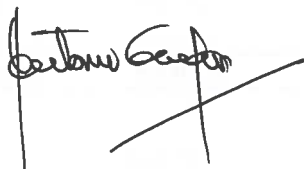
Total do rendimento integral do ano

	2013	2012
Reservas de reavaliação, bruto	360.679	4.182.142
Impostos diferidos	(106.251)	(1.212.821)
	254.428	2.969.321
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	(412.692)	(344.239)
	(412.692)	(344.239)
Total outro rendimento integral	(158.264)	2.625.082
Resultado líquido do exercício	7.025.999	6.334.313
Total do rendimento integral do ano	6.867.735	8.959.395

## Balanço

				Eur
	Notas	2013	2012	01-01-2012
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11	6.849.795	4.157.027	8.735.475
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	12	1.030.529	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	13	65.642.773	60.224.257	57.362.835
Empréstimos e contas a receber	14	11.003.428	7.507.881	3.001.303
Outros depósitos		11.003.428	7.507.881	3.001.303
Outros ativos tangíveis	15	21.038	24.035	34.465
Outros ativos intangíveis	16	188.114	-	1.905
Provisões técnicas de resseguro cedido	17	40.182	19.289	14.693
Provisão para prémios não adquiridos		23.048	19.289	14.693
Provisão para sinistros		17.134	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	19	18.231.565	18.698.925	9.594.367
Contas a receber por operações de seguro direto		7.726.922	8.428.966	8.088.927
Contas a receber por outras operações de resseguro		9.782.319	9.008.599	236.874
Contas a receber por outras operações		722.324	1.261.360	1.268.566
Ativos por impostos	20	911.688	968.003	2.109.455
Ativos por impostos diferidos		911.688	968.003	2.109.455
Acréscimos e diferimentos	22	372.299	-	366.475
<b>Total ativo</b>		<b>104.291.411</b>	<b>91.599.417</b>	<b>81.220.973</b>
Provisões técnicas	17	39.759.720	36.057.005	35.531.514
Provisão para prémios não adquiridos		9.860.682	9.376.160	8.594.626
Provisão para sinistros		28.103.239	25.209.665	25.163.319
De outros ramos		28.103.239	25.209.665	25.163.319
Provisão para participação nos resultados		700.059	638.149	1.051.419
Provisão para riscos em curso		1.095.740	833.031	722.150
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	18	798.482	687.583	575.912
Outros credores por operações de seguros e outras operações	21	7.747.268	5.945.502	4.303.885
Contas a pagar por operações de seguro direto		3.857.826	2.434.138	2.067.119
Contas a pagar por outras operações de resseguro		1.276.010	1.335.918	1.403.348
Contas a pagar por outras operações		2.613.432	2.175.446	833.418
Passivos por impostos e taxas	20	1.131.969	852.931	1.533.828
Passivos por impostos (e taxas) correntes		1.131.969	852.931	1.533.828
Acréscimos e diferimentos	22	1.290.524	1.360.683	1.581.833
Outras Provisões	23	880.597	880.597	838.280
<b>Total passivo</b>		<b>51.608.560</b>	<b>45.784.301</b>	<b>44.365.252</b>
Capital		12.000.000	12.000.000	12.000.000
Reservas de reavaliação		330.779	(29.900)	(4.212.042)
Reserva por impostos diferidos		(97.580)	8.671	1.221.492
Outras reservas		3.179.500	2.950.629	2.637.764
Resultados transitados		30.244.153	24.551.403	25.208.507
Resultado do exercício		7.025.999	6.334.313	-
<b>Total capital próprio</b>	24	<b>52.682.851</b>	<b>45.815.116</b>	<b>36.855.721</b>
<b>Total passivo e capital próprio</b>		<b>104.291.411</b>	<b>91.599.417</b>	<b>81.220.973</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



## Demonstração das alterações no capital próprio

Eur

	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido					
Balanço a 31 de Dezembro 2011	12.000.000	(4.212.042)	1.221.492	(2.990.550)	3.301.492	18.637.476	11.057	6.571.031	37.530.506
A alteração da política contabilística para o reconhecimento dos ganhos / (perdas) atuariais (nota 18)	-	-	-	-	-	-	(674.785)	-	(674.785)
Balanço a 1 de Janeiro 2012	12.000.000	(4.212.042)	1.221.492	(2.990.550)	3.301.492	18.637.476	(663.728)	6.571.031	36.855.721
Transferência de resultados	-	-	-	-	657.104	5.913.927	-	(6.571.031)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	4.182.142	(1.212.821)	2.969.321	-	-	-	-	2.969.321
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6.334.313	6.334.313
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(344.239)	-	(344.239)
Balanço a 31 de Dezembro 2012	12.000.000	(29.900)	8.671	(21.229)	3.958.596	24.551.403	(1.007.967)	6.334.313	45.815.116
Transferência de resultados	-	-	-	-	632.528	5.701.785	-	(6.334.313)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	360.679	(106.251)	254.428	-	-	-	-	254.428
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	7.025.999	7.025.999
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	(9.035)	(403.657)	-	(412.692)
Balanço em 31 de Dezembro 2013	12.000.000	330.779	(97.580)	233.199	4.591.124	30.244.153	(1.411.624)	7.025.999	52.682.851

## Demonstração de fluxos de caixa

Eur

	2013	2012
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
Resultado líquido do exercício	7.025.999	6.334.313
<b>Ajustamentos por:</b>		
Depreciações e amortizações do exercício	12.961	16.647
Variação nas provisões técnicas	3.702.715	525.491
Variação de provisões	-	42.317
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	(20.893)	(4.596)
Imparidade de outros activos	(71.027)	168.884
Variação nos impostos ativos / passivos	335.353	460.555
<b>Variações nos activos e passivos operacionais</b>		
Empréstimos concedidos e contas a receber	(3.495.547)	(4.506.578)
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	538.387	(9.273.442)
Outros activos e passivos	(781.074)	(87.242)
Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.801.766	1.641.617
	<b>9.048.640</b>	<b>(4.682.034)</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>		
Variações nos activos financeiros ao justo valor através de resultados	(1.030.529)	-
Variações nos activos financeiros disponíveis para venda	(5.127.265)	107.899
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(198.078)	(4.313)
	<b>(6.355.872)</b>	<b>103.586</b>
<b>Variação líquida em caixa e equivalentes</b>	<b>2.692.768</b>	<b>(4.578.448)</b>
Caixa e equivalentes no início do período	4.157.027	8.735.475
<b>Caixa e equivalentes no final do período</b>	<b>6.849.795</b>	<b>4.157.027</b>

24  
6  
[assinatura]



## II. Notas explicativas às demonstrações financeiras

### II.1 Políticas contabilísticas

#### a) Bases de apresentação

A Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A, (“Médís” ou “Companhia”) é uma Companhia de seguros constituída em Portugal em 29 de setembro de 1995.

A Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. tem por objeto principal e exclusivo a exploração do seguro direto e resseguro dos ramos Doença e Assistência.

A Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (“Millenniumbcp Ageas”), com sede na Avenida Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 em Porto Salvo, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”) emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal e aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de abril, e tendo em consideração as alterações subsequentes introduzidas pela Norma regulamentar nº 20/2007, de 31 de dezembro e pela Norma regulamentar nº 22/2010, de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

A partir de 1 de janeiro de 2013, a Companhia adoptou a IAS 19 (Alterada) – Benefícios a empregados. A principal alteração com impacto na posição financeira da Companhia resultou na extinção do método do corredor. Pela aplicação deste método, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidos, que excediam 10% do mais elevado entre o valor actual das responsabilidades ou o justo valor dos activos do fundo, eram reconhecidos em resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada para os empregados no activo. Com a extinção do corredor, os ganhos e perdas actuariais do ano são actualmente reconhecidos em reservas.

De acordo com a IAS 8, esta alteração de política contabilística é apresentada para efeitos comparativos desde 1 de janeiro de 2012. Deste modo, o montante total de ganhos e perdas actuariais diferidos a essa data foram transferidos para capital (ver notas 18 e 30).

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do 26 de fevereiro de 2014.

Em 2013, a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a 1 de janeiro de 2013, como referido na nota 30.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.

b) *Contratos de seguro e de investimento*

*Classificação*

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

*Reconhecimento e mensuração*

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

c) *Custos de aquisição*

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

d) *Provisões técnicas*

*Provisão para sinistros*

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. A provisão para sinistros não é descontada.

*Provisão para riscos em curso*

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

*Teste de adequação das responsabilidades*

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

e) *Ativos financeiros*

*Classificação*

A Médís classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.



- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

#### *Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Companhia de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre estes activos.

#### *Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“bid-price”). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### *Reclassificação entre categorias*

A Companhia apenas reclassifica activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efectuadas ao justo valor dos activos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva.

A Companhia não adotou esta possibilidade nos períodos a que se referem as demonstrações financeiras apresentadas.

#### *Imparidade*

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respectivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com a política contabilística da Companhia, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respectivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

#### *Instrumentos financeiros derivados*

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“trade date”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“discounted cash flows”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### *Derivados embutidos*

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados

#### *f) Passivos financeiros*

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

#### *g) Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) *Resseguro*

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A Médís aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de Empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço consolidado pelo seu valor bruto, exceto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

i) *Operações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

j) *Ativos tangíveis*

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

k) *Ativos intangíveis*

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das Empresas da Companhia enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

l) *Locações*

A Médís classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

*Locações operacionais*

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

*Locações financeiras - como locatário*

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

m) *Caixa e disponibilidades*

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

n) *Provisões*

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

o) *Reconhecimento de juros*

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.



A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

*p) Dividendos recebidos*

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

*q) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões*

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

*r) Benefícios aos empregados*

*Plano de benefício definido*

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, a Millenniumbcp Ageas aprovou as seguintes decisões: (i) em 1 de outubro de 2012, corte do plano, mantendo os empregados os direitos adquiridos até 2011, e; (ii) em 1 de outubro de 2013, liquidação do plano, com a extinção da respectiva responsabilidade.

Os benefícios previstos no plano de pensões base são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT. Os benefícios complementares são atribuídos de acordo com o plano de pensões da Companhia.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente pela Companhia, em 31 Dezembro, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. O cálculo é revisto por actuários independentes qualificados. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões.

A Companhia determina o custo (proveito) líquido do juro do exercício relativo ao passivo (activo) líquido do plano de benefício definido, aplicando a taxa de desconto usada na mensuração das responsabilidades desse plano no início do ano sobre o passivo (activo) líquido no início do ano, tendo em consideração qualquer alteração do passivo (activo) líquido ocorrido no exercício, resultante de contribuições efectuadas ou benefícios pagos.



Consequentemente, o custo (proveito) líquido do juro inclui o custo do juro relativo às responsabilidades do plano de benefício definido, líquido do retorno teórico dos activos do plano, ambos calculados usando a taxa de desconto igualmente aplicada na determinação das responsabilidades do plano de benefício definido.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas actuarias decorrentes da diferença entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores reais obtidos (“ajustamentos de experiência”), e de alterações nesses pressupostos actuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno teórico dos activos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

A Companhia reconhece anualmente como custo na demonstração de resultados o montante que inclui: (i) custo do serviço corrente; (ii) custo (proveito) líquido do juro; (iii) custo serviço passado, e; (iv) efeitos de liquidação ou alterações ao plano.

A partir de 1 de janeiro de 2013, a Companhia adoptou a IAS 19 (Alterada) – Benefícios a empregados. A principal alteração com impacto na posição financeira da Companhia resultou na extinção do método do corredor. Pela aplicação deste método, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidos, que excediam 10% do mais elevado entre o valor actual das responsabilidades ou o justo valor dos activos do fundo, eram reconhecidos em resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada para os empregados no activo. Com a extinção do corredor, os ganhos e perdas actuariais do ano são actualmente reconhecidos em reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração de política contabilística é apresentada para efeitos comparativos desde 1 de janeiro de 2012. Deste modo, o montante total de ganhos e perdas actuariais diferidos a essa data foram transferidos para reservas.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

#### *Plano de contribuição definida*

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

#### *Benefícios de saúde*

A Companhia assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Companhia até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Companhia com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

#### *Bónus*

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

#### *Sistema de incentivo baseado em ações*

À data de 31 de dezembro de 2013 não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

#### *s) Impostos sobre lucros*

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

t) *Segmentos Operacionais*

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Médís encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Acidentes e doença
- Outros

As atividades da Companhia localizam-se apenas em Portugal.

u) *Resultados por ação*

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

## II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

*Provisões técnicas*

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos acidentes e doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para riscos em curso, (3) teste de adequação das responsabilidades e (4) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respetivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

#### *Justo valor dos instrumentos financeiros derivados*

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### *Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda*

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor abaixo do respectivo custo de aquisição, ou quando tenha identificado um evento com impacto nos *cash flows* futuros estimados dos ativos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Deste modo, para instrumento de capital, considerando a elevada volatilidade do mercado, um declínio (i) de 25% no justo valor relativamente ao custo de aquisição é considerado pela Companhia como uma desvalorização significativa e (ii) que persista por mais de 12 meses é assumido como uma desvalorização prolongada. Para títulos de dívida, considera-se que os mesmos estão em situação de imparidade quando existe evidência objectiva que um ou mais eventos têm um impacto nos *cash flows* futuros estimados destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

#### *Pensões e outros benefícios a empregados*

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

#### *Imparidade dos ativos de longo prazo*

Os ativos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos ativos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados da Companhia.

#### *Impostos sobre os lucros*

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou seis anos, no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que existam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.



## II.3 Segmentos Operacionais

	2013			2012		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	139.651.826	797.468	140.449.294	136.669.006	944.446	137.613.452
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(104.640.304)	266.583	(104.373.721)	(102.000.433)	(223.226)	(102.223.659)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(262.709)	-	(262.709)	(110.881)	-	(110.881)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(462.000)	-	(462.000)	(462.000)	-	(462.000)
Custos e gastos de exploração líquidos	(26.631.431)	-	(26.631.431)	(26.261.333)	-	(26.261.333)
Rendimentos	1.293.192	1.745	1.294.937	1.147.545	1.365	1.148.910
Gastos financeiros	(268.344)	-	(268.344)	(144.942)	-	(144.942)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	58.435	69	58.504	(140.361)	(461)	(140.822)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	125.456	-	125.456	91.379	-	91.379
<b>Margem técnica</b>	<b>8.864.121</b>	<b>1.065.865</b>	<b>9.929.986</b>	<b>8.787.980</b>	<b>722.124</b>	<b>9.510.104</b>
Proveito dos investimentos			309.263			265.699
Mais/(menos) valias realizadas			(447)			(165.591)
Despesas gerais			(8.792)			(7.900)
Outros proveitos/(custos) não técnicos			(65.800)			(413.052)
<b>Resultado não técnico</b>			<b>234.224</b>			<b>(320.844)</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>			<b>10.164.210</b>			<b>9.189.260</b>



## II.4 Notas à demonstração dos resultados

### Nota 1 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Prémios brutos emitidos	145.679.890	143.134.016
Prémios resseguro cedido	(4.748.956)	(4.746.219)
Prémios líquidos resseguro	140.930.934	138.387.797
Variação prémios não adquiridos	(485.399)	(778.941)
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido	3.759	4.596
Variação líquida de prémios não adquiridos	(481.640)	(774.345)
<b>Prémios adquiridos, líquidos de resseguro</b>	<b>140.449.294</b>	<b>137.613.452</b>

Os prémios brutos emitidos são analisados como segue:

	2013		2012	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	144.882.422	144.397.023	142.189.570	141.410.629
Outros	797.468	797.468	944.446	944.446
<b>Total</b>	<b>145.679.890</b>	<b>145.194.491</b>	<b>143.134.016</b>	<b>142.355.075</b>

Os prémios de resseguro cedido são analisados como segue:

	2013		2012	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	4.748.956	4.745.197	4.746.219	4.741.623
<b>Total</b>	<b>4.748.956</b>	<b>4.745.197</b>	<b>4.746.219</b>	<b>4.741.623</b>

## Nota 2 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros são analisados como segue:

	2013			2012		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
<b>Sinistros pagos</b>						
Montantes brutos	97.738.411	(999.725)	96.738.686	97.154.091	(159.204)	96.994.887
Parte dos resseguradores	(88.136)	-	(88.136)	(315.508)	-	(315.508)
	97.650.275	(999.725)	96.650.550	96.838.583	(159.204)	96.679.379
<b>Variação da provisão para sinistros</b>						
Montantes brutos	2.870.044	733.142	3.603.186	642.916	382.429	1.025.345
Parte dos resseguradores	(17.134)	-	(17.134)	-	-	-
	2.852.910	733.142	3.586.052	642.916	382.429	1.025.345
<b>Total antes custos imputados</b>	<b>100.503.185</b>	<b>(266.583)</b>	<b>100.236.602</b>	<b>97.481.499</b>	<b>223.225</b>	<b>97.704.724</b>
Custos com Sinistros (imputados)	4.137.119	-	4.137.119	4.518.935	-	4.518.935
<b>Total</b>	<b>104.640.304</b>	<b>(266.583)</b>	<b>104.373.721</b>	<b>102.000.434</b>	<b>223.225</b>	<b>102.223.659</b>

## Nota 3 – Participação nos resultados e Outras provisões técnicas, líquidas resseguro

A participação nos resultados corresponde à estimativa de montantes a atribuir aos segurados do ramo de acidentes e doença.

A variação das outras provisões técnicas corresponde à variação da provisão para riscos em curso, para o ramo de acidentes e doença.

## Nota 4 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	Eur	
	Acidentes e doença	
	2013	2012
Custos de aquisição - comissões	16.945.348	16.621.062
Custos de aquisição alocados	3.009.042	2.975.669
Variação dos custos de aquisição diferidos	(876)	2.593
Custos administrativos - comissões	96.771	99.449
Custos administrativos alocados	7.417.231	7.364.159
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(836.085)	(801.599)
<b>Total</b>	<b>26.631.431</b>	<b>26.261.333</b>

## Nota 5 – Rendimentos

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	1.402.774	1.267.336
Rendimentos de depósitos bancários	201.426	147.273
	<b>1.604.200</b>	<b>1.414.609</b>

## Nota 6 – Gastos financeiros

O saldo da rubrica de gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas, no montante de Euros 277.000 (2012: Euros 153.000), resulta de custos operacionais imputados à função de investimentos.

## Nota 7 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2013			2012		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	21.892	(3.503)	18.389	9.968	(7.871)	2.097
Obrigações de outros emissores	7.464	(1.381)	6.083	7.133	(316.604)	(309.471)
Ações	-	-	-	4.212	(3.251)	961
De investimentos disponíveis para venda	<b>29.356</b>	<b>(4.884)</b>	<b>24.472</b>	<b>21.313</b>	<b>(327.726)</b>	<b>(306.413)</b>
Total	<b>29.356</b>	<b>(4.884)</b>	<b>24.472</b>	<b>21.313</b>	<b>(327.726)</b>	<b>(306.413)</b>

## Nota 8 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	Eur
	2013
Ganhos	4.450
Rendimentos	29.135
	<b>33.585</b>

## Nota 9 – Imparidade (líquida de reversões)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a imparidade (líquida de reversões) registada respeita na totalidade a devedores por operações de seguro direto e de resseguro.

## Nota 10 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Gastos com pessoal		
Remunerações - órgãos sociais	282.114	215.253
Remunerações - pessoal	4.097.754	3.708.114
Encargos sobre remunerações	848.332	862.092
Benefícios pós emprego	129.297	120.413
Seguros obrigatórios	213.098	234.010
Gastos de Ação social	34.662	33.116
Outros gastos	117.422	51.045
	<u>5.722.679</u>	<u>5.224.043</u>
Fornecimentos e serviços externos	<u>8.580.344</u>	<u>9.206.523</u>
Depreciações de ativos tangíveis e imóveis		
Equipamento de transporte e outro equipamento	5.310	4.878
Equipamento informático	7.651	9.865
	<u>12.961</u>	<u>14.743</u>
Amortizações dos ativos intangíveis		
Software	-	1.905
	<u>-</u>	<u>1.905</u>
Outros	<u>524.544</u>	<u>564.391</u>
<b>Total</b>	<b><u>14.840.528</u></b>	<b><u>15.011.605</u></b>

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar dizem respeito a Euros 25.000 relativos a Impostos e taxas (2012: Euros 25.000), a Euros 418.000 relativos a Juros suportados (2012: Euros 423.000), e a Euros 81.000 relativos a Comissões (2012: Euros 74.000). As outras provisões não tiveram movimento em 2013 (2012: Euros 42.000).

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

	Eur	
	2013	2012
Custos com sinistros	4.137.119	4.518.935
Custos e gastos de exploração		
Custos de aquisição	3.009.042	2.975.668
Custos administrativos	7.417.231	7.364.160
Custos de gestão de investimentos		
Alocados à conta técnica de seguros não vida	268.344	144.942
Alocados à conta não técnica	8.792	7.900
<b>Total</b>	<b><u>14.840.528</u></b>	<b><u>15.011.605</u></b>

Em 31 de dezembro de 2013, o número médio de colaboradores da Companhia ascendia a 118 (2012:118).

## II.5 Notas ao balanço

### Nota 11 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

### Nota 12 – Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo desta conta é analisado como segue:

	2013		Eur
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total
Obrigações de outros emissores	1 026 079	4 450	1 030 529
<b>Total</b>	<b>1.026.079</b>	<b>4.450</b>	<b>1.030.529</b>
Dos quais:			
Nível 1			1 030 529
Nível 2			-
Nível 3			-
			<b>1.030.529</b>

De acordo com o IFRS13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers';

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

### Nota 13 – Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2013			2012			Eur
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total	
Dívida pública	26 963 124	113 391	27 076 515	22 915 280	(76 344)	22 838 936	
Obrigações de outros emissores	35 876 030	273 584	36 149 614	35 053 902	49 809	35 103 711	
Ações e Unidades de participação em fundos	1 777 921	(56 196)	1 721 725	1 777 921	(3 365)	1 774 556	
Juros a receber	694 919	-	694 919	507 054	-	507 054	
<b>Total</b>	<b>65.311.994</b>	<b>330.779</b>	<b>65.642.773</b>	<b>60.254.157</b>	<b>(29.900)</b>	<b>60.224.257</b>	
Dos quais:							
Nível 1			63 065 863			57 218 839	
Nível 2			2 576 910			3 005 418	
Nível 3			-			-	
			<b>65.642.773</b>			<b>60.224.257</b>	



Em 31 de dezembro de 2013, informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

	Eur	
	Nível 1	Nível 2
Dívida pública	27.326.833	-
Obrigações de outros emissores	34.018.055	2.576.160
Ações	1.720.975	750
	<u>63.065.863</u>	<u>2.576.910</u>

De acordo com o IFRS13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers';

Nível 2 - valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 - valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

### Nota 14 – Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

### Nota 15 – Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Equipamento		
Equipamento informático	410.210	400.246
Equipamento administrativo	884.908	884.908
Outro equipamento	<u>242.980</u>	<u>242.980</u>
	1.538.098	1.528.134
Amortizações acumuladas	<u>(1.517.060)</u>	<u>(1.504.099)</u>
Saldo líquido	<u>21.038</u>	<u>24.035</u>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Eur			
	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
<b>Custo de aquisição</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	400.246	884.908	242.980	1.528.134
Aquisições	<u>9.964</u>	-	-	<u>9.964</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>410.210</u>	<u>884.908</u>	<u>242.980</u>	<u>1.538.098</u>
<b>Amortizações</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(390.266)	(882.587)	(231.246)	(1.504.099)
Amortizações do exercício	<u>(7.651)</u>	-	<u>(5.310)</u>	<u>(12.961)</u>
Transferências	-	<u>(526)</u>	<u>526</u>	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>(397.917)</u>	<u>(883.113)</u>	<u>(236.030)</u>	<u>(1.517.060)</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro 2012	<u>9.980</u>	<u>2.321</u>	<u>11.734</u>	<u>24.035</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro 2013	<u>12.293</u>	<u>1.795</u>	<u>6.950</u>	<u>21.038</u>

## Nota 16 – Outros ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>
	Software
<b>Custo de aquisição</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.112.566
Aquisições	188.114
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.300.680</b>
<b>Amortização acumulada</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(1.112.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(1.112.566)
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro 2012</b>	<b>-</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro 2013</b>	<b>188.114</b>

## Nota 17 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2013			2012		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
Provisão para prémios não adquiridos	9.860.682	-	9.860.682	9.376.160	-	9.376.160
Provisão para sinistros	28.073.201	30.038	28.103.239	25.201.164	8.501	25.209.665
Provisão para participação nos resultados	700.059	-	700.059	638.149	-	638.149
Provisão para riscos em curso	1.095.740	-	1.095.740	833.031	-	833.031
<b>Total bruto</b>	<b>39.729.682</b>	<b>30.038</b>	<b>39.759.720</b>	<b>36.048.504</b>	<b>8.501</b>	<b>36.057.005</b>
Provisão para prémios não adquiridos	23.048	-	23.048	19.289	-	19.289
Provisão para sinistros	17.134	-	17.134	-	-	-
<b>Total resseguro</b>	<b>40.182</b>	<b>-</b>	<b>40.182</b>	<b>19.289</b>	<b>-</b>	<b>19.289</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>39.689.500</b>	<b>30.038</b>	<b>39.719.538</b>	<b>36.029.215</b>	<b>8.501</b>	<b>36.037.716</b>

A provisão para sinistros, incluindo resseguro aceite, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 19.001.000 (2012: Euros 19.400.000) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2013 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euros 335.000 (2012: Euros 355.000), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

A provisão para prémios não adquiridos, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

	<i>Eur</i>
	2013
Provisão para prémios não adquiridos	9.952.370
Custos de aquisição diferidos	(91.688)
<b>Saldo líquido</b>	<b>9.860.682</b>

Os movimentos nos custos de aquisição diferidos ocorridos durante o ano são analisados como se segue:

	Eur	
	2013	2012
Custos de aquisição diferidos em 1 de janeiro	90.812	93.405
Custos de aquisição do ano	91.688	90.812
Amortização dos custos de aquisição	(90.812)	(93.405)
Custos de aquisição diferidos 31 de dezembro	91.688	90.812

Os movimentos na Provisão para participação nos resultados ocorridos durante o ano são analisados como se segue:

	Eur	
	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	638.149	1.051.419
Montantes pagos	(400.090)	(875.270)
Estimativa de montantes a atribuir	462.000	462.000
Total	700.059	638.149

## Nota 18 – Benefícios a empregados

### Pensões de reforma e outros benefícios

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, a Millenniumbcp Ageas aprovou as seguintes decisões: (i) em 1 de outubro de 2012, corte do plano, mantendo os empregados os direitos adquiridos até 2011, e; (ii) em 1 de outubro de 2013, liquidação do plano, com a extinção da respectiva responsabilidade.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

Anualmente, a Companhia procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efetuada anualmente, sendo a última com data de referência de 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2013	2012
Numero de participantes		
Ativos	122	119
Reformados e pensionistas	4	3
	<b>126</b>	<b>122</b>

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2013	2012
Taxa de desconto	3,50%	4,00%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	3,50%	4,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 - 2 anos	TV 88/90 - 2 anos
	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada
Método atuarial		

Como mencionado na nota II.1 r), a partir de 1 de janeiro de 2013, a Companhia adoptou a IAS 19 (Alterada) – Benefícios a empregados. Em resultado da alteração de política contabilística, a Médís abandonou o método do corredor, reconhecendo actualmente os ganhos/(perdas) actuariais do ano directamente em capital. De acordo com o IAS 8, para efeitos comparativos, esta alteração de política contabilística é apresentada desde 1 de janeiro de 2012, pelo que o total de ganhos e perdas actuariais diferidos a essa data foram transferidos para reservas.

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2013 e 2012, são como segue:

	2013				2012				Eur
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Responsabilidades por benefícios	(2 543 305)	(926 059)	(141 831)	(3 611 195)	(5 888 326)	(801 317)	(136 200)	(6 825 843)	
Justo valor dos ativos do plano	2 812 713	-	-	2 812 713	6 138 260	-	-	6 138 260	
Ativos / (responsabilidades) líquidas do plano	<b>269 408</b>	<b>(926 059)</b>	<b>(141 831)</b>	<b>(798 482)</b>	<b>249 934</b>	<b>(801 317)</b>	<b>(136 200)</b>	<b>(687 583)</b>	

Os “Outros benefícios de longo prazo” referem-se ao prémio de permanência considerado no contrato de trabalho revisto para as Companhias de Seguros – “Plano CCT”.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é analisado como segue:

	2013				2012			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	5 888 326	801 317	136 200	6 825 843	5 397 416	583 461	119 324	6 100 201
Custo do serviço corrente	10 568	45 818	15 940	72 326	9 189	34 456	12 125	55 770
Custo dos juros	233 167	31 893	4 841	269 901	279 966	30 470	6 264	316 700
Alterações do plano	-	(69 790)	-	(69 790)	-	-	-	-
Liquidação do Plano Complementar	53 880	-	-	53 880	-	-	-	-
Pagamentos efetuados pelo fundo ou Grupo	(119 116)	(8 001)	(21 025)	(148 142)	(123 154)	(8 002)	-	(131 156)
(Ganhos) / perdas atuariais	344 292	124 822	5 875	474 989	379 837	160 932	(1 513)	539 256
Efeito da liquidação do Plano complementar	(3 867 812)	-	-	(3 867 812)	-	-	-	-
Transferência entre fundos	-	-	-	-	(54 928)	-	-	(54 928)
Responsabilidades em 31 de dezembro	<b>2.543.305</b>	<b>926.059</b>	<b>141.831</b>	<b>3.611.195</b>	<b>5.888.326</b>	<b>801.317</b>	<b>136.200</b>	<b>6.825.843</b>

A alteração do plano nos “Outros benefícios” corresponde ao impacto da alteração da idade da reforma em Portugal, de acordo com o Decreto-lei 167-E/2013.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são como segue:

	2013				2012			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Custo do serviço corrente	10 568	45 818	15 940	72 326	9 189	34 456	12 125	55 770
Líquido do rendimento esperado do fundo e custo dos juros	41 017	31 893	4 841	77 751	37 263	30 470	6 264	73 997
Alterações do plano	-	(69 790)	-	(69 790)	-	-	-	-
(Ganhos) / perdas atuariais	-	-	5 875	5 875	-	-	(1 513)	(1 513)
Liquidação do Plano Complementar	53 880	-	-	53 880	-	-	-	-
Custo do exercício	<b>105.465</b>	<b>7.921</b>	<b>26.656</b>	<b>140.042</b>	<b>46.452</b>	<b>64.926</b>	<b>16.876</b>	<b>128.254</b>

A variação do valor do fundo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é analisada como segue:

	Eur	
	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	6.138.260	5.524.289
Contribuições da Companhia	449.631	352.821
Pagamentos efetuados pelo fundo	(119.116)	(123.154)
Retorno esperado do fundo	192.150	242.703
Ganhos / (perdas) atuariais do fundo	19.600	196.530
Efeito da liquidação do Plano complementar	(3.867.812)	-
Transferências entre fundos	-	(54.928)
Saldo em 31 de dezembro	<b>2.812.713</b>	<b>6.138.261</b>



Os ganhos/(perdas) atuariais em 2013 e 2012, reconhecidas no outro rendimento integral, são analisadas como segue:

	2013			2012		
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total
Saldo em 1 de janeiro	1.176.517	(157.493)	1.019.024	993.210	(318.425)	674.785
(Ganhos)/ perdas atuariais nas responsabilidades	322.253	137.826	460.079	379.837	160.932	540.769
(Ganhos)/ perdas atuariais do fundo	(19.600)	-	(19.600)	(196.530)	-	(196.530)
Saldo em 31 de dezembro	1.479.170	(19.667)	1.459.503	1.176.517	(157.493)	1.019.024

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os (ganhos)/perdas atuariais resultantes da alterações dos pressupostos atuariais foram de Euros 529.000 e Euros 980.000, respetivamente.

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pela Companhia ascenderam a Euros 450.000 (2012: Euros 353.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro. Adicionalmente, em 2013, a Companhia contribuiu com o montante de Euros 104.000 (2012: Euros 41.000) para o novo Plano Complementar de Contribuição Definida iniciado em 2012.

Os ativos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2013				2012			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Ativos / (responsabilidades) 1 janeiro em Balanço	249.934	(801.317)	(136.200)	(687.583)	1.120.083	(901.886)	(119.324)	98.873
Custo normal	(105.465)	(7.921)	(26.656)	(140.042)	(46.452)	(64.926)	(16.876)	(128.254)
(Ganhos)/ perdas atuariais	(324.692)	(124.823)	-	(449.515)	(1.176.517)	157.493	-	(1.019.024)
Benefícios pagos pela Companhia	-	8.002	21.025	29.027	-	8.002	-	8.002
Contribuições dos empregados e outras	449.631	-	-	449.631	352.821	-	-	352.821
Ativos / (responsabilidades) 31 dezembro em Balanço	269.408	(926.059)	(141.831)	(798.482)	249.935	(801.317)	(136.200)	(687.582)

Os ativos afetos ao Fundo de Pensões são decompostos da seguinte forma:

	Eur	
	2013	2012
Titulos de rendimento variável	726.753	1.484.900
Titulos de rendimento fixo	1.889.599	3.882.260
Imóveis	42.399	105.116
Outros	153.962	665.984
	2.812.713	6.138.260

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Impacto no custo com pensões	8.186	7.331
Impacto nas responsabilidades	148.169	128.211

As análises de sensibilidade à taxa de desconto, crescimento salarial futuro e crescimento futuro das pensões apresentam-se como segue:

	Impacto alteração de pressupostos financeiros	
	-1,00%	1,00%
	<i>Eur</i>	<i>Eur</i>
Taxa de Desconto	727 849	-552 827
Taxa de Crescimento das Pensões	-393 319	473 289
Taxa de Crescimento dos Salários	-147 827	183 324

	Impacto alteração de pressupostos demográficos	
	+1 ano	
	<i>Eur</i>	
Alteração da Tabua de Mortalidade	140 660	

### Nota 19 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2013	2012
Tomadores de seguros	8 018.388	9 004.671
Mediadores de seguros	1.528.488	1.315.276
Resseguradores	9 782.319	9 008.599
	19 329.195	19 328.546
Imparidade	(1.819.954)	(1.890.981)
<b>Total</b>	<b>17.509.241</b>	<b>17.437.565</b>
Outros devedores	722.324	1 261 360
<b>Total Outros devedores</b>	<b>722.324</b>	<b>1.261.360</b>
<b>Total</b>	<b>18.231.565</b>	<b>18.698.925</b>

Na rubrica Devedores por operações de seguro direto - tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euros 1.585.000 (2012: Euros 1.861.000) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar, do qual Euros 329.000 (2012: Euros 346.000) dizem respeito a contratos de seguro com prémios em atraso, estando o risco de não cobrança destes valores coberto pelo reconhecimento de uma perda por imparidade.

Na rubrica Tomadores de seguros encontra-se ainda registado o montante de Euros 6.378.000 (2012: Euros 7.089.000) relativo a reembolsos de sinistros emitidos no âmbito do acordo estabelecido entre a Companhia e os Sindicatos Bancários do Norte, Centro e Sul.

Os movimentos ocorridos no exercício nas perdas por imparidade em Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2013	2012
Saldo no início do ano	1.890.981	1.722.097
Reversões	(71.027)	-
Dotação do exercício	-	168.884
<b>Saldo no final do ano</b>	<b>1.819.954</b>	<b>1.890.981</b>

**Nota 20 – Impostos correntes e Impostos diferidos**

A Médias determinou a carga fiscal do ano com base numa taxa de imposto de 29,5% (taxa nominal de 25% mais 4,5% de derramas municipais e estaduais). Adicionalmente, no seguimento da aprovação do Decreto-lei nº 83/2013 e Lei nº 2/2014 pelo Governo Português, uma taxa de imposto de 29,5% foi aplicada pela Companhia na determinação dos impostos diferidos associados às diferenças temporárias existente em 31 de dezembro de 2013.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos reconhecidos em Balanço em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser analisados como se segue:

	Eur	
	2013	2012
Ativos por impostos diferidos	911.688	968.003
<b>Ativos por impostos</b>	<b>911.688</b>	<b>968.003</b>
Imposto sobre rendimento	516.386	423.292
Outros impostos e taxas	615.583	429.639
<b>Passivos por impostos</b>	<b>1.131.969</b>	<b>852.931</b>

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativos financeiros	-	8.671	(97.580)	-	(97.580)	8.671
Provisões	509.772	516.708	-	-	509.772	516.708
Outros (incluindo benefícios pós emprego)	499.496	442.624	-	-	499.496	442.624
<b>Impostos diferidos ativos/ (passivos)</b>	<b>1.009.268</b>	<b>968.003</b>	<b>(97.580)</b>	<b>-</b>	<b>911.688</b>	<b>968.003</b>

O movimento do imposto diferido de balanço em 2013 e 2012, foi reconhecido como segue:

	2013		2012	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva
Ativos financeiros	-	(106.251)	26.526	(1.212.821)
Provisões	(6.936)	-	35.863	-
Outros (incluindo benefícios pós emprego)	20.050	36.823	8.980	-
<b>Impostos diferidos ativos/ (passivos)</b>	<b>13.114</b>	<b>(69.428)</b>	<b>71.369</b>	<b>(1.212.821)</b>

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Imposto corrente	(3.151.325)	(2.926.316)
Imposto diferido	13.114	71.369
<b>Total do imposto reconhecido em resultados</b>	<b>(3.138.211)</b>	<b>(2.854.947)</b>

O imposto diferido registado no capital próprio de 2013 e 2012 é analisado como se segue:

	Eur	
	2013	2012
Reserva de reavaliação	(97.580)	8.671
Ganhos e perdas atuariais	36.823	-
	<b>(60.757)</b>	<b>8.671</b>

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	Eur	
	2013	2012
Resultado antes de impostos	10.164.210	9.189.260
Taxa de imposto	29,5%	29,0%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	2.998.442	2.664.885
Tributação autónoma	12.001	12.326
Outras diferenças permanentes	127.768	177.735
	<b>3.138.211</b>	<b>2.854.947</b>

## Nota 21 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Tomadores de seguros e intermediários	3.857.826	2.434.138
Resseguradores	1.276.010	1.335.918
Credores por operações seguro e resseguro	5.133.836	3.770.056
Outros credores	2.613.432	2.175.446
Total	<b>7.747.268</b>	<b>5.945.502</b>

## Nota 22 – Acréscimos e diferimentos

A rubrica acréscimos e diferimentos - acréscimos de custos inclui o montante de Euros 67.650 (2012: Euros 164.000), relativos a publicidade e propaganda.

## Nota 23 – Outras provisões

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de outras provisões, no montante de Euros 881.000, respeita ao processo de reestruturação em curso, através de um programa de pré-reformas.

## II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio

### Nota 24 – Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas

#### Capital

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social da Médís, no montante de Euros 12.000.00, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado 2.400.000 ações, com o valor nominal de Euros 5 cada.

A Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., com sede na Avenida Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 em Porto Salvo, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas

#### Reservas de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota II.1 e).

Os movimentos da reserva de justo valor dos activos financeiros categorizados como disponíveis para venda, durante 2013 e 2012, são analisados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	(29 900)	(4 212 042)
Ajustamentos no justo valor	370 071	4 182 142
Vendas	(9 392)	-
Saldo em 31 de dezembro	330 779	(29 900)

A reserva de justo valor dos activos financeiros categorizados como disponíveis para venda pode detalhar-se como se segue:

	Eur	
	2013	2012
Custo amortizado	65 311 994	60 254 157
Imparidade	-	-
Custo amortizado, líquido de imparidade	65 311 994	60 254 157
Justo valor	65 642 773	60 224 257
Ganhos / (perdas) não realizados reconhecidos como reserva de justo valor	330 779	(29 900)

#### Outras reservas

##### Reserva por impostos diferidos

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de imposto resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos na nota II.1 s).

##### Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Médís tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 100% do valor do Capital social.



O Capital próprio em 31 de dezembro de 2013 é analisado como se segue:

	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido					
Capital	12 000 000	-	-	-	-	-	-	-	12 000 000
Reservas de reavaliação	-	330 779	(97 580)	233 199	-	-	-	-	233 199
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	7 025 999	7 025 999
Resultados transitados	-	-	-	-	-	30 244 153	-	-	30 244 153
Outras reservas	-	-	-	-	4 591 124	-	11 057	-	4 602 181
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(1 422 681)	-	(1 422 681)
<b>Saldo 31 Dezembro 2013</b>	<b>12.000.000</b>	<b>330.779</b>	<b>(97.580)</b>	<b>233.199</b>	<b>4.591.124</b>	<b>30.244.153</b>	<b>(1.411.624)</b>	<b>7.025.999</b>	<b>52.682.851</b>

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2012 é analisado como se segue:

	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido					
Capital	12 000 000	-	-	-	-	-	-	-	12 000 000
Reservas de reavaliação	-	(29 900)	8 671	(21 229)	-	-	-	-	(21 229)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6 334 313	6 334 313
Resultados transitados	-	-	-	-	-	24 551 403	-	-	24 551 403
Outras reservas	-	-	-	-	3 958 596	-	11 057	-	3 969 653
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(1 019 024)	-	(1 019 024)
<b>Saldo 31 Dezembro 2012</b>	<b>12.000.000</b>	<b>(29.900)</b>	<b>8.671</b>	<b>(21.229)</b>	<b>3.958.596</b>	<b>24.551.403</b>	<b>(1.007.967)</b>	<b>6.334.313</b>	<b>45.815.116</b>

## II.7 Outras Notas

### Nota 25 - Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

	Eur	
	2013	2012
Remunerações	282.114	215.253
Contribuições para o fundo de pensões	6.315	1.823
	<b>288.429</b>	<b>217.076</b>

A análise das transações com partes relacionadas em 2013 e 2012, é analisada como segue:

						Eur
Balanço	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Ocidental Seguros	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6 849 795	-	-	-	-	6 849 795
Empréstimos concedidos e contas receber	11 003 428	-	-	-	-	11 003 428
Ativos financeiros disponíveis para venda	103 639	-	-	-	-	103 639
Outros ativos	-	-	-	-	9 350 700	9 350 700
<b>Total do ativo</b>	<b>17 956 862</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9 350 700</b>	<b>27 307 562</b>
Provisões técnicas	-	-	-	-	30 923 966	30 923 966
Outros passivos	49 308	88 005	4 405	656 650	-	798 368
<b>Total do passivo</b>	<b>49 308</b>	<b>88 005</b>	<b>4 405</b>	<b>656 650</b>	<b>30 923 966</b>	<b>31 722 334</b>
<b>Líquido Ativo / (Passivo) 2013</b>	<b>17.907.554</b>	<b>(88.005)</b>	<b>(4.405)</b>	<b>(656.650)</b>	<b>(21.573.266)</b>	<b>(4.414.772)</b>
<b>Líquido Ativo / (Passivo) 2012</b>	<b>12.456.602</b>	<b>(45.075)</b>	<b>(4.405)</b>	<b>458.606</b>	<b>(19.426.032)</b>	<b>(6.560.304)</b>

						Eur
Demonstração de resultados	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Ocidental Seguros	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	-	-	-	-	123 083 385	123 083 385
Dividendos e juros a receber	8 340	-	-	-	-	8 340
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	20	-	-	-	-	20
<b>Total de proveitos</b>	<b>8 360</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>123 083 385</b>	<b>123 091 745</b>
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	-	-	-	-	(84 010 976)	(84 010 976)
Custos de aquisição	-	-	-	-	(14 810 722)	(14 810 722)
Gastos gerais e administrativos	(2 343 774)	(148 005)	-	(113 386)	-	(2 605 165)
<b>Total de custos</b>	<b>(2 343 774)</b>	<b>(148 005)</b>	<b>-</b>	<b>(113 386)</b>	<b>(98 821 698)</b>	<b>(101 426 863)</b>
<b>Líquido Proveitos / (Custos) 2013</b>	<b>(2.335.414)</b>	<b>(148.005)</b>	<b>-</b>	<b>(113.386)</b>	<b>24.261.687</b>	<b>21.664.882</b>
<b>Líquido Proveitos / (Custos) 2012</b>	<b>(2.535.593)</b>	<b>(177.600)</b>	<b>-</b>	<b>120.413</b>	<b>25.052.751</b>	<b>22.459.971</b>

As transações com o Grupo BCP são referentes, nomeadamente, a investimentos e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E. por serviços partilhados.

As transações com a Ocidental Seguros são relativas ao tratado de resseguro existente no âmbito do Ramo Doença.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares.

## Nota 26 – Gestão de riscos

"Um contrato de seguro é a transferência equitativa do risco de uma perda, de uma entidade para outra em troca de um pagamento. É uma forma de gestão de risco usada principalmente para cobertura do risco de uma perda contingente, incerta", fonte Wikipédia.

Para a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. assumir riscos é intrínseco na forma como a companhia de seguros cria valor para os seus clientes, acionistas, entidades reguladoras e agências de avaliação de rating. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que o valor é adicionado ao negócio através da aceitação, concentração e transformação dos riscos que podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. vê uma boa gestão de risco como a chave na garantia de um crescimento rentável sustentável e, consequentemente, uma competência nuclear.

### Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

A gestão de risco na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contém ainda a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco e define também os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO) que acumula com as funções de *Chief Financial Officer* (CFO).

### Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e reporte, dentro da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está implementada uma Taxonomia de Risco que define as diferentes categorias de riscos que podem afetar transversalmente toda a Companhia.

A Taxonomia de Risco é dividida em quatro grandes categorias:



Os Riscos Financeiros, Operacionais e Específicos de Seguros são quantificados no âmbito do Pilar I do regime de Solvência II, enquanto que os Riscos Estratégicos são geridos no âmbito do Pilar II.

### Riscos Estratégicos

Os *Riscos Estratégicos* cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. em cumprir o seu plano de negócios atual e também de se posicionar para o contínuo crescimento e

criação de valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, incluindo o ambiente regulamentar e económico, no panorama competitivo ou no ambiente geopolítico.

Na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. os riscos estratégicos são geridos através do processo *Key Risk Reporting* (KRR), o qual também contribui para a elaboração e execução da resposta apropriada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente na realização dos objetivos estratégicos da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.. Adicionalmente, estão em desenvolvimento outros processos relevantes para a gestão global dos Riscos Estratégicos.

## Riscos Financeiros

### Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

Uma das categorias de risco da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é o *Risco Financeiro*. Decorre do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados *Riscos de Mercado*, de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado *Risco de Incumprimento*, ou o risco de ser incapaz de atender às exigências financeiras de curto prazo, denominado *Risco de Liquidez*.

O modelo de governo relacionado com os Riscos Financeiros na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. fornece a aprovação final da estratégia de investimentos;
- As decisões de investimento na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. são da responsabilidade do *Chief Risk Officer* e do Departamento de Investimentos. Para além disso o *Chief Risk Officer* tem responsabilidades na gestão dos riscos financeiros o qual delega no Comité de Gestão de Ativos (subcomité do Comité de Risco).
- O Departamento de Gestão de Riscos e Atuariado:
  - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de riscos financeiros da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.;
  - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e ao *Chief Risk Officer*;
  - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e políticas relevantes;
  - Apoia medidas (incluindo a mitigação do risco) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos (ou seja, limites ligeiros).
- A função de Investimentos:
  - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
  - Desenvolve a estratégia de investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco e a SAA. Caso a responsabilidade seja delegada a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores de ativos, monitorizando a relação com o F&C Portugal, as suas decisões e ações, por forma a maximizar o retorno;
  - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo AMC/Comité de Risco ou por Reguladores locais.
- O comité de riscos:
  - É responsável pela aprovação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.
- O *Risk Officer* tem como principais funções:
  - Propor e restringir o apetite ao risco bem como as restrições de riscos agregados;
  - Fornecer um parecer sobre a adequação das políticas de risco;
  - Membro do Comité de Risco/Gestão de Ativos (AMC).
  - Dar parecer sobre a estratégia global anterior à aprovação pelo Conselho de Administração.



A Gestão de Riscos Financeiros na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é desenvolvida em torno de quatro blocos principais:



#### Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., estão divididos nas seguintes categorias:



#### Risco de Incumprimento

O *Risco de Incumprimento* reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações e derivados e dívidas a receber de intermediários, mas também o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o risco de *spread* e do risco de incumprimento, a taxonomia de risco da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é elaborada por forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

É possível que uma única contraparte ou várias contrapartes altamente correlacionadas possam originar riscos, tanto no *Risco de Mercado* como no *Risco de Incumprimento*. Por exemplo, é possível encontrar exposição ao *risco de spread* para um ressegurador via detenção de títulos ou de participações e risco de contraparte via proteção de resseguro.



## Risco de Mercado

Os ativos e passivos da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. são geridos com o objetivo de maximizar o valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, spreads, ações, etc. O risco de perda ou de provocar alteração da situação financeira resultante, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. como *Risco de Mercado*.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada para reduzir o *Risco de Mercado*, e por conseguinte são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do *Risco de Mercado*, o *Risco de Câmbio* surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos.

Qualquer produto está expresso numa moeda específica e o risco de câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. (Eur).

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos por tipo de ativo:

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS [EUR]	2013		2012	
		%		%
Ativos financeiros disponíveis para venda	65.642.773	100,0%	60.224.257	100,0%
Dívida pública	27.326.833	41,6%	23.093.466	38,3%
Obrigações	36.594.215	55,7%	35.356.235	58,7%
Ações	750	0,0%	750	0,0%
Fundos de investimento:				
Imobiliário	1.720.975	2,6%	1.773.806	2,9%
<b>Ativos financeiros ao justo valor</b>	<b>1.030.529</b>	<b>100%</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>
Obrigações	1.030.529	100,0%	-	0,0%
<b>Total</b>	<b>66.673.302</b>		<b>60.224.257</b>	

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

	2013	2012
<b>ATIVO [EUR]</b>		
Caixa e disponibilidades	6.849.795	4.157.027
Empréstimos e contas a receber	11.003.428	7.507.881
Devedores por operações de seguro direto, resseguro e outros	18.231.565	18.698.925
<b>Total</b>	<b>36.084.788</b>	<b>30.363.833</b>
<b>PASSIVO [EUR]</b>		
Credores por operações de seguro direto, resseguro e outros	7.747.268	5.945.502
<b>Total</b>	<b>7.747.268</b>	<b>5.945.502</b>

As ações detidas são decompostas por tipo de setor:

AÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Consumíveis não cíclicos	750	100,0%	750	100,0%
	<b>750</b>	<b>100,0%</b>	<b>750</b>	<b>100,0%</b>

As obrigações detidas pela Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. são decompostas por tipo de setor:

OBRIGAÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor			
	2013		2012		2013		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	27 326 833	42,8%	23 093 466	39,5%	-	0,0%	-	0,0%
Instituições financeiras	26 873 674	42,0%	27 864 240	47,7%	-	0,0%	-	0,0%
Indústria	1 374 095	2,1%	561 432	1,0%	-	0,0%	-	0,0%
Setores básicos e energéticos	4 909 792	7,7%	738 006	1,3%	-	0,0%	-	0,0%
Consumíveis cíclicos	1 875 619	2,9%	4 115 557	7,0%	-	0,0%	-	0,0%
Comunicações	558 260	0,9%	551 773	0,9%	1 030 529	100,0%	-	0,0%
Diversos	1 002 775	1,6%	907 895	1,6%	-	0,0%	-	0,0%
Energia	-	0,0%	617 332	1,1%	-	0,0%	-	0,0%
	<b>63.921.048</b>	<b>100,0%</b>	<b>58.449.701</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.030.529</b>	<b>100,0%</b>	<b>-</b>	<b>100,0%</b>

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em ratings externos ou equivalentes):

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DE RATING [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor			
	2013		2012		2013		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	11.961.572	18,7%	8 831 161	15,1%	-	0,0%	-	0,0%
AA	13.109.424	20,5%	11.336.264	19,4%	-	0,0%	-	0,0%
A	6 631 113	10,4%	10.883 703	18,6%	-	0,0%	-	0,0%
BBB	11.753 525	18,4%	11.044 231	18,9%	-	0,0%	-	0,0%
BB	15 298 849	23,9%	14.555 830	24,9%	1 030 529	100,0%	-	0,0%
B	1 002 776	1,6%	1 798 512	3,1%	-	0,0%	-	0,0%
CCC	909 603	1,4%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Sem Rating	3 254 186	5,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
<b>Total</b>	<b>63.921.048</b>	<b>100,0%</b>	<b>58.449.701</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.030.529</b>	<b>100,0%</b>	<b>-</b>	<b>100,0%</b>
Dívida pública	27 326 833	42,8%	23 093 466	39,5%	-	0,0%	-	0,0%
Obrigações	36 594 215	57,2%	35 356 235	60,5%	1 030 529	100,0%	-	0,0%
<b>Total</b>	<b>63.921.048</b>	<b>100,0%</b>	<b>58.449.701</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.030.529</b>	<b>100,0%</b>	<b>-</b>	<b>100,0%</b>

Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de rating externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos ratings referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

[EUR]	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
<b>Depósitos em Instituições de Crédito</b>				
B	17.853.223	100,00%	11.664.908	100,00%
<b>seguros e outras operações</b>				
AA	94 291	0,5%	65 213	0,3%
A	393 109	2,2%	105 664	0,6%
Sem rating	17 744 165	97,3%	18 528 049	99,1%
	<b>18.231.565</b>	<b>100,00%</b>	<b>18.698.925</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total</b>	<b>36.084.788</b>		<b>30.363.833</b>	

As unidades de participação em fundos de investimento detidas podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	Disponíveis para venda		
	Portugal	Total	%
Imobiliário	1.720.975	1.720.975	100,0%
<b>Total em dezembro 2013</b>	<b>1.720.975</b>	<b>1.720.975</b>	<b>100,0%</b>
Imobiliário	1.773.806	1.773.806	100,0%
<b>Total em dezembro 2012</b>	<b>1.773.806</b>	<b>1.773.806</b>	<b>100,0%</b>

Nesta categoria de risco está também incluído o *Risco de Concentração de Mercado*.

Este risco pode decorrer de grandes investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes correlacionadas positivamente (ou seja, tendência para entrar em incumprimento em circunstâncias semelhantes), com potencial para originar uma quantidade significativa de perda de capital.

#### Risco de Liquidez

O *Risco de Liquidez* é o risco esperado e inesperado das exigências de caixa pelos tomadores de seguros e por outros credores que não podem ser satisfeitos sem sofrer perdas ou sem pôr em perigo o negócio devido a restrições de disponibilidade de ativos.

Para monitorizar o *Risco de Liquidez*, a abordagem da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. enquadra-se numa combinação de gestão de recursos de financiamento, bem como na manutenção de uma reserva de ativos altamente negociáveis (de acordo com as regras de investimento).

A 31 de dezembro de 2013 e 2012, os cash-flows previsionais (não descontados) para os instrumentos financeiros, de acordo com sua maturidade, são apresentados da seguinte forma:

Risco de liquidez 2013	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade
Activos financeiros a taxa fixa	3.254.186	9.469.017	12.940.331	22.021.089	4.612.191	-
Activos financeiros a taxa variável	2.214.548	1.630.578	5.290.136	7.074.076	-	-
Outros activos financeiros	10.108.261	16.378.206	5.084.959	3.805.993	707.369	1.721.726
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	1.071.779	-	-	-
Activos Financeiros	15.596.995	27.477.801	24.387.205	32.901.157	5.319.560	1.721.726
Activos Não Financeiros	3.054	6.108	400.489	935.493	188.177	-
<b>Total de Activos</b>	<b>15.600.049</b>	<b>27.483.909</b>	<b>24.787.694</b>	<b>33.836.651</b>	<b>5.507.737</b>	<b>1.721.726</b>
Outros passivos financeiros	3.272.584	1.485.594	(356.713)	3.314.344	27.750	3.709
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	-	-	-	-	-	-
Passivos Financeiros	3.272.584	1.485.594	(356.713)	3.314.344	27.750	3.709
Passivos Não Financeiros	3.028.708	6.380.048	29.993.769	3.689.438	861.017	-
<b>Total de Passivos</b>	<b>6.301.292</b>	<b>7.865.642</b>	<b>29.637.056</b>	<b>7.003.782</b>	<b>888.767</b>	<b>3.709</b>
Risco de liquidez 2012	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade
Activos financeiros a taxa fixa	1.971.584	853.027	5.939.236	20.008.604	6.040.271	-
Activos financeiros a taxa variável	2.125.876	5.833.409	5.172.283	14.320.311	-	-
Outros activos financeiros	12.783.099	11.956.519	4.473.519	2.656.905	561.508	1.774.556
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Activos Financeiros	16.880.558	18.642.974	15.585.038	36.985.820	6.601.780	1.774.556
Activos Não Financeiros	1.440	2.880	13.302	993.562	458.748	-
<b>Total de Activos</b>	<b>16.881.998</b>	<b>18.645.855</b>	<b>15.598.340</b>	<b>37.979.382</b>	<b>7.060.527</b>	<b>1.774.556</b>
Outros passivos financeiros	(1.276.428)	2.038.501	3.068.596	2.100.718	11.775	2.340
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	-	-	-	-	-	-
Passivos Financeiros	(1.276.428)	2.038.501	3.068.596	2.100.718	11.775	2.340
Passivos Não Financeiros	2.698.932	5.738.035	26.733.949	3.803.952	403.357	-
<b>Total de Passivos</b>	<b>1.422.505</b>	<b>7.776.536</b>	<b>29.802.545</b>	<b>5.904.670</b>	<b>415.132</b>	<b>2.340</b>

Os saldos apresentados não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que incluem fluxos de caixa projetados e não se encontram descontados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Para ativos financeiros, nomeadamente os investimentos, foi utilizado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento, tendo sido considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projetado a pagar até à maturidade, aplicando-se para a taxa variável (*floating rate notes*) o cupão pago em dezembro de 2013 e 2012 respetivamente.

## Riscos Específicos de Seguros

### Modelo de Governo dos Riscos Específicos de Seguros

A Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. gere o risco específico dos seguros através da conjugação das suas políticas de subscrição (*underwriting*), de pricing, de provisionamento e de resseguro.

A estrutura de governo do Risco de Seguros é resumida como se segue:

- A área de subscrição (como parte da primeira linha de defesa) é responsável por assegurar que são desenvolvidos os processos adequados para gerir os riscos de subscrição e que estes processos apoiam a realização dos objetivos estratégicos do negócio;
- Definição de regulamentos de risco e dos respetivos limites de aceitação. Caso estes limites sejam ultrapassados, o *Risk Officer* é informado sobre o limite ultrapassado e sobre as ações de mitigação que vão ser desenvolvidas;
- A função de Gestão do Risco é responsável por definir o *Apetite ao Risco* de Subscrição bem como o *Apetite ao Risco* de forma agregada e avaliar/gerir os riscos de seguro de acordo com as políticas e regulamentos estabelecidos na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.;
- A função de Gestão do Risco tem uma visão agregada dos riscos de subscrição assumidos;
- O Comité de Risco é responsável pela aprovação dos Limites de Risco, avaliando regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas;
- É desenvolvido um plano de negócios/orçamento de acordo com o perfil de risco da Companhia. Caso seja necessário, são desenvolvidos controlos para garantir que os riscos permanecem dentro dos objetivos definidos.

Na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., estão envolvidas diversas áreas na Gestão de Riscos Específicos de Seguros, tais como Gestão de Risco, Atuariado, Subscrição, Resseguro e Investimentos.

### *Subscrição e Pricing*

A subscrição é uma das atividades mais importantes da atividade seguradora fazendo parte do processo global de gestão do risco de seguros. Um contrato de seguro transfere o risco dos segurados para a companhia de seguros. O processo pelo qual os segurados são segmentados de acordo com os níveis de sinistralidade esperada, possibilitando uma adequada definição do prémio assente no perfil de risco do segurado, é o processo de subscrição. Este processo permite que o prémio seja adequado ao nível do risco esperado incluindo ainda uma margem para desvios inesperados.

As políticas de subscrição integram as políticas globais de gestão de riscos. As mesmas são definidas e revistas em articulação com o departamento atuarial, atendendo aos dados históricos de perdas registadas. Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística por forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

O resultado do processo de Subscrição deve fornecer prémios adequados para cobrir tanto os riscos esperados como os inesperados das apólices de seguros.



Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base à priori (por exemplo, profit testing), como à posteriori (por exemplo, os rácios combinados).

Os fatores levados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos, mas em geral incluem o seguinte:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus prazos;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de produtos, tais como custos com a distribuição, o marketing, a gestão de apólices e a gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objetivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.

#### Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências das IFRS, sendo definido por forma a dar garantias à gestão da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. que existem ativos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (best-estimate), i.e., calculadas numa base económica, e também com um elevado grau de confiança.

Adicionalmente, a análise da adequação dos prémios e das provisões é regularmente efetuada, pelos atuário responsável, sendo as provisões regularmente certificadas por uma entidade externa.

#### Resseguro

Quando apropriado, a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros. A seleção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objetivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias é resumida de seguida:

Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção/Prioridade
Saúde (Munich)	Quota Parte	1.000.000	200.000
Saúde (Acunsa)	Quota Parte	Ilimitado	0%

#### Gestão dos Riscos Específicos de Seguros

A aceitação de riscos através de contratos de seguro deve ser sujeita a princípios robustos de gestão de risco. A exposição ao risco de seguro que a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. está disposta a aceitar, deve estar em linha com o apetite ao risco e com a estratégia definida.



Os riscos assumidos através de contratos de seguros são classificados como Riscos Específicos de Seguros, de acordo com a taxonomia de riscos em vigor na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A..

O Risco Específico de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo quaisquer elementos cobertos pelos riscos estratégicos, financeiros e operacionais. De acordo com a taxonomia de risco da Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., os riscos específicos de seguros podem ser divididos nas seguintes categorias:

- Riscos de responsabilidades de seguros não vida;
- Riscos de responsabilidades de seguros de saúde.

### Riscos Específicos de Responsabilidade de Seguros Não Vida e de Saúde

O *Risco Específico de Responsabilidade de Seguros Não Vida* reflete o risco decorrente das obrigações de seguros não vida, em relação à cobertura de responsabilidades e aos custos de regularização de sinistros. Estes riscos podem surgir devido à incerteza dos níveis de sinistralidade relativamente aos ramos Saúde e outras linhas de negócio.

As provisões para sinistros dos seguros de saúde são estimadas para sinistros já ocorridos mas ainda não comunicados e para os sinistros já declarados mas ainda não totalmente liquidados. Em geral, a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. constitui provisões por sinistro, ano de ocorrência, canal de distribuição tomando em linha de conta as projeções dos pagamentos não descontados e a estimativa dos sinistros ainda não declarados.

Os riscos relativo às apólices para os quais os prémios já foram recebidos mas o período ainda não expirou, são cobertos pela provisão para prémios não adquiridos, para cobrir o risco referente à parte do tempo ainda não decorrido. Mensalmente são efetuados testes de adequação de prémios e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com o regulamento local e é certificada regularmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes da exploração. Adicionalmente, quando for necessário e adequado, os regulamentos de subscrição e tarificação são revistos.

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica deste tipo de provisões:

Posição balanço no fecho do ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Provisões para sinistros, incluindo IBN(ER) no final do exercício	11 216 588	13 927 991	15 530 665	19 359 485	22 724 479	24 764 301	24 855 139	27 768 615
Pagamentos acumulados a								
Um ano de desenvolvimento	6 859 860	10 173 353	11 177 138	16 243 146	18 239 208	19 164 670	16 986 654	
Dois anos de desenvolvimento	7 176 179	9 771 789	12 852 876	17 352 448	18 607 564	19 719 416		
Três anos de desenvolvimento	6 400 095	10 149 520	12 831 379	17 020 937	18 775 402			
Quatro anos de desenvolvimento	6 786 959	10 061 334	12 392 128	17 030 286				
Cinco anos de desenvolvimento	6 698 037	9 619 369	12 400 762					
Seis anos de desenvolvimento	6 262 775	9 628 166						
Seven years of development	6 270 801							
Reservas reavaliadas a								
Um ano de desenvolvimento	7 030 281	10 360 304	12 159 927	20 072 269	18 495 321	19 287 980	17 263 715	
Dois anos de desenvolvimento	7 328 342	10 627 868	13 857 760	17 502 787	18 707 390	19 791 217		
Três anos de desenvolvimento	7 338 171	11 076 453	12 897 928	17 057 389	18 809 976			
Quatro anos de desenvolvimento	7 706 459	10 101 571	12 406 281	17 055 795				
Cinco anos de desenvolvimento	6 724 999	9 627 717	12 414 674					
Seis anos de desenvolvimento	6 266 699	9 636 514						
Seven years of development	6 274 725							
(in)Suficiência acumulada em excesso das reservas iniciais face às reservas reavaliadas à data								
Valor nominal	4 941 863	4 291 477	3 115 990	2 303 691	3 914 503	4 973 084	7 591 424	
Percentagem	44,1%	30,8%	20,1%	11,9%	17,2%	20,1%	30,5%	

### Reconciliação entre as reservas apresentadas no triângulo e as reservas constantes no balanço

	31-12-2012	31-12-2013
Provisões para sinistros no final do exercício	24.855.139	27.768.615
Provisões para sinistros a valores atualizados - Provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho	-	-
Outras Provisões	-	-
Provisões para encargos futuros de gestão de sinistros	354.526	334.624
Total provisões para sinistros Não Vida	25.209.665	28.103.239

Para mitigar este risco, a Companhia recorre a critérios de seleção e políticas de subscrição baseadas na experiência histórica de sinistros e respetiva modelização. Este processo é efetuado por tipo de segmento de clientes e por classe de negócio, reforçado com o conhecimento quanto às expectativas ou evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. O risco de grandes perdas potenciais é mitigado através de limites impostos, da gestão do risco de concentração e por contratos de transferência de risco celebrados para o efeito, i.e., resseguro.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros e os prémios adquiridos.

O rácio combinado a 31 de dezembro de 2013 e 2012 é o seguinte:

	Acidentes e Doença		Outros	
	2013	2012	2013	2012
Rácio Sinistros	72,5%	72,4%	33,4%	23,6%
Rácio Despesas	19,0%	19,1%	0,0%	0,0%
Rácio Combinado Sinistros/Despesas	91,5%	91,5%	33,4%	23,6%

A Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. executa com regularidade análises de sensibilidade às principais rubricas de custos que resultam da sua atividade de negócio, considerando para o efeito os possíveis impactos gerados nos resultados do exercício antes de impostos:

Análises de sensibilidade	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2013	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2012
Custos de exploração - 10%	2.663	2.626
Custos com sinistros + 5%	(5.219)	(5.111)

### Risco Operacional

O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexequibilidade ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Do ponto de vista do modelo de governo, o Departamento de Gestão de Risco e Atuariado suporta um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na monitorização e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversal a toda a Companhia.

O risco operacional na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada uma dessas linhas. Neste sentido, foi criado o comité de risco operacional e de controlo interno que gere o risco operacional na companhia. Além disso, a Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. adotou uma abordagem *Top-Down* e *Bottom-Up*. Estas duas abordagens são sinérgicas, quando implementadas conjuntamente, permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no *Risk Reporting* e discutidos no comité de risco. Adicionalmente, mantem a atenção e foco nos processos da companhia através do desenho dos processos de controlo interno.

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e reportados pela Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., a gestão do risco operacional foi definida como componente da estrutura (ERM) da companhia.

Em particular, engloba processos de todo a Organização, tais como:

- Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro da Companhia sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). Uma vez que a infraestrutura está ainda no seu estado inicial de desenvolvimento, há um compromisso por parte da Gestão do Risco local em conjunto com o Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;

- **Risk Reporting:** realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco da Organização, a qual inclui os riscos operacionais mais importantes. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pela Companhia;
- **Gestão da continuidade do negócio:** processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para a Organização e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efetiva que salvguarde a reputação, os interesses dos seus acionistas, marca e valor;
- **Segurança de Informação:** define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as diretivas de informação de segurança aplicadas na Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.;
- **Desenho de processos (BPM) Controlo Interno:** tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspetiva “Bottom-up”. Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, a Organização:
  - Identifica e documenta todos os processos transversais à Companhia, mantendo-os atualizados;
  - Identifica e avalia os principais riscos operacionais associados aos processos;
  - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitigam esses riscos;
  - Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos, e;
  - Assegura um processo de atualização regular, nomeadamente no que respeita aos riscos e controlos.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base a respetiva política do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A..

Adicionalmente, o Regulamento de Modelo de Governo de Risco implementado define as funções e as responsabilidades dos Comitês e unidades de negócios e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre.

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio é a seguinte:

Linha de negócio 2013	Eur				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
<b>Seguro direto</b>					
Acidentes e doença	9.143.833	9.138.511	8.903.901	1.489.116	(17.289)
Assistência	797.468	797.468	(266.583)	-	-
<b>Total seguro direto</b>	<b>9.941.301</b>	<b>9.935.979</b>	<b>8.637.318</b>	<b>1.489.116</b>	<b>(17.289)</b>
<b>Resseguro aceite</b>	135.738.589	135.258.512	95.841.673	25.978.400	(3.786.553)
<b>Total</b>	<b>145.679.890</b>	<b>145.194.491</b>	<b>104.478.991</b>	<b>27.467.516</b>	<b>(3.803.842)</b>

Linha de negócio 2012	Eur				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
<b>Seguro direto</b>					
Acidentes e doença	9.044.358	9.050.592	9.322.846	1.489.479	(12.073)
Assistência	944.446	944.446	223.226	-	-
<b>Total seguro direto</b>	<b>9.988.804</b>	<b>9.995.038</b>	<b>9.546.072</b>	<b>1.489.479</b>	<b>(12.073)</b>
<b>Resseguro aceite</b>	133.145.211	132.360.037	92.993.095	25.573.453	(3.612.442)
<b>Total</b>	<b>143.134.015</b>	<b>142.355.075</b>	<b>102.539.167</b>	<b>27.062.932</b>	<b>(3.624.515)</b>

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio é a seguinte:

Linha de negócio	Eur			
	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos gestão sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Não vida 2013	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
<b>Seguro direto</b>				
Acidentes e doença	8.394.077	342.076	167.748	8.903.901
Assistência	(999.725)	-	733.142	(266.583)
<b>Total seguro direto</b>	<b>7.394.352</b>	<b>342.076</b>	<b>900.890</b>	<b>8.637.318</b>
<b>Resseguro aceite</b>	<b>89.344.334</b>	<b>3.795.044</b>	<b>2.702.295</b>	<b>95.841.673</b>
<b>Total</b>	<b>96.738.686</b>	<b>4.137.120</b>	<b>3.603.185</b>	<b>104.478.991</b>

Linha de negócio	Eur			
	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos gestão sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Não vida 2012	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
<b>Seguro direto</b>				
Acidentes e doença	8.295.954	421.923	604.967	9.322.846
Assistência	(159.204)	-	382.429	223.226
<b>Total seguro direto</b>	<b>8.136.750</b>	<b>421.923</b>	<b>987.396</b>	<b>9.546.072</b>
<b>Resseguro aceite</b>	<b>88.858.136</b>	<b>4.097.011</b>	<b>37.949</b>	<b>92.993.095</b>
<b>Total</b>	<b>96.994.886</b>	<b>4.518.934</b>	<b>1.025.345</b>	<b>102.539.167</b>

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio é a seguinte:

Linha de negócio 2013	Eur			
	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2012	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2013 em relação a 2012	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Acidentes e doença	25.201.164	17.461.518	3.163.183	(4.576.463)
Assistência	8.501	(4.408.173)	2.803	(4.413.871)
<b>Total</b>	<b>25.209.665</b>	<b>13.053.345</b>	<b>3.165.986</b>	<b>(8.990.334)</b>

Linha de negócio 2012	Eur			
	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2011	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2012 em relação a 2011	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Acidentes e doença	23.056.618	18.891.944	2.146.296	(2.018.379)
Assistência	(22.572)	(3.153.201)	4.770	(3.125.858)
<b>Total</b>	<b>23.034.046</b>	<b>15.738.743</b>	<b>2.151.066</b>	<b>(5.144.237)</b>

#### Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. - Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº 6/2007-R do Instituto de Seguros de Portugal, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2013.

A Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência 1, para o qual tem definido um objetivo Operacional de 200%.



Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a margem de solvência I é analisada como se segue:

<b>Rúbrica [EUR]</b>	<b>31 dezembro 2013</b>	<b>31 dezembro 2012</b>
Capital	12.000.000	12.000.000
Reservas Legal e de Reavaliação	3.412.699	3.948.424
Resultados Transitados	30.244.153	24.551.404
Resultado Líquido do Exercício	7.025.999	6.325.278
Distribuição de Resultados do Exercício	-	-
<b>Total Situação Líquida (1)</b>	<b>52.682.851</b>	<b>46.825.106</b>
Activos Intangíveis	(188.113)	(1)
Ajuste Pensões Reforma	-	(1.009.989)
Lucros Futuros Vida	-	-
<b>Total (2)</b>	<b>(188.113)</b>	<b>(1.009.990)</b>
<b>Margem de Solvência Disponível (1) + (2)</b>	<b>52.494.738</b>	<b>45.815.116</b>
<b>Margem de Solvência Exigida</b>	<b>24.980.881</b>	<b>24.725.777</b>
<b>Excesso / Insuficiência</b>	<b>27.513.857</b>	<b>21.089.339</b>
<b>Rácio Solvência</b>	<b>210%</b>	<b>185%</b>

## Nota 27 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e reflectem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos da Companhia são os seguintes:

### Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

### Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

### Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.



## Nota 28 – Passivos contingentes e compromissos

### Passivos contingentes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pela Companhia e contra a mesma, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua atividade enquanto Empresa de seguros, entidades empregadora e contribuinte fiscal. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia é remota.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existiam garantias prestadas ou recebidas.

### Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

	Eur			
	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	22.269	66.807	111.524	200.600

## Nota 29 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de bailout

Com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, a exposição à dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

País	Eur					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
<b>2013</b>						
<b>Portugal</b>						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Nível 1	13.640.017	13.640.017	(61.307)	3,02%	3,7	L1
<b>Total</b>	<b>13.640.017</b>	<b>13.640.017</b>	<b>(61.307)</b>	<b>3,0%</b>	<b>3,7</b>	
<b>2012</b>						
<b>Portugal</b>						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Nível 1	10.091.485	10.091.485	(232.222)	3,5%	4,6	L1
<b>Total</b>	<b>10.091.485</b>	<b>10.091.485</b>	<b>(232.222)</b>	<b>3,5%</b>	<b>4,6</b>	

De acordo com o IFRS13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers';

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

### **Nota 30 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas**

*As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:*

#### **IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados**

O IASB emitiu, em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

Como resultado da IAS 19 (2011), a Companhia alterou a sua política contabilística no que diz respeito à base da determinação dos rendimentos e gastos relacionados com os planos de benefício definido, bem como ao reconhecimento dos desvios atuariais.

Ao abrigo da IAS 19 (2011), a Companhia:

- a) Determina o gasto (rendimento) do juro líquido do passivo (ativo) por benefício definido para o período, aplicando a mesma taxa de desconto para mensurar a obrigação de benefício definido no início do período anual, tomando em consideração alterações corridas ao passivo (ativo) em resultado das contribuições e benefícios pagos.

Consequentemente, o juro líquido do passivo (ativo) do plano de benefício definido compreende agora: (i) o custo do juro da obrigação de benefício definido; (ii) os rendimentos dos ativos do plano; e (iii) O juro do efeito do teto (ceiling) do ativo.

- b) Procede ao reconhecimento dos desvios atuariais no Outro Rendimento Integral (OCI).

#### **Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras**

O IASB emitiu, em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

Como resultado da alteração à IAS 1, a Companhia modificou a apresentação de itens de Outro Rendimento Integral (OCI) na demonstração de Rendimento Integral, de forma a apresentar separadamente os itens que serão reclassificados no futuro para resultados do período daqueles que não serão reclassificados. A informação comparativa foi reapresentada na mesma base.

#### **IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

A Companhia não teve impacto na adoção destas alterações.

#### **Melhoramentos às IFRS (2009-2011)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012, e adotados pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 301/2013, de 27 de Março, introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013, às normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32, IAS 34 e IFRIC 2.

##### IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

##### IAS 16 - Activos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de activos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

#### IAS 32 - Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

#### IAS 34 - Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Companhia não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

#### **IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, a Companhia adotou a nova definição de justo valor, tal como consta na nota 17, prospectivamente. As alterações não tiveram um impacto significativo na mensuração dos ativos e passivos da Companhia, mas foram incluídas novas divulgações nas demonstrações financeiras conforme exigido pela IFRS 13. Para estas novas divulgações não foram incluídas comparações de acordo com o previsto na norma para o primeiro ano de aplicação. No entanto, na exata medida que essas divulgações já fossem exigidas por outras normas em vigor antes da IFRS 13, a Companhia proporcionou informação comparativa relevante já divulgada ao abrigo dessas normas.

#### **IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto**

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu, em 19 de Outubro de 2011, a “IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta Interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Dada a natureza das operações da Companhia, esta interpretação não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras.

**A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:**

#### **IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

#### **IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.



As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, sejam ou não consolidadas.

A Companhia está a avaliar a introdução desta alteração, no entanto não antecipa qualquer impacto significativo.

#### **IFRS 11 - Acordos Conjuntos**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia está a avaliar a introdução desta alteração, no entanto não antecipa qualquer impacto significativo.

#### **IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11.

#### **Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)**

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações em simultâneo com a adoção dos restantes critérios da IFRS 10. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de Novembro.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação desta alteração.

#### **IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Ativos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Ativos Não-Financeiros**

O IASB emitiu, em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

#### **IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura**

O IASB emitiu, em 27 de Junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (“*clearing counterparty*”) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.



**Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia:**

**IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados**

O IASB emitiu, em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear. A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

**IFRIC 21 – Taxas**

O IASB emitiu, em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (levy) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre. Não é expectável que a IFRIC 21 venha a ter impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

**Melhoramentos às IFRS (2010-2012)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012 emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduzem alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014, às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

**IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)**

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

**IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais**

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

**IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa**

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

**IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo**

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39, não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

**IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada**

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

**IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão**

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP), quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

### **Melhoramentos às IFRS (2011-2013)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduziram alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

#### IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

#### IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para joint ventures

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de joint ventures ou às próprias joint ventures.

#### IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplicam-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

#### IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

#### IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010 e 2013)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo de forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra de forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A data em que a IFRS 9 se torna efetiva não se encontra ainda estabelecida mas será determinada quando as fases em curso ficarem finalizadas.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Ano:	2013
Empresa de Seguros:	CPSS
Nº de identificação:	
Ident. do resp. pela informação:	António

2013  
CPSS - Companhia Portuguesa de Seguros de Saude, S.A  
António Oliveira

Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário	Total
1	INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS NPDES							
1.1	FILIAS ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E							
1.1.1	Títulos Nacionais							
1.1.01	Partes de capital em filiais							
1.1.01	Sub-Total							
1.1.02	Partes de capital em associadas							
1.1.02	Sub-Total							
1.1.03	Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.1.03	Sub-Total							
1.1.04	Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
1.1.04	Sub-Total							
1.1.05	Servença-Emp Prestação de Serv ACE							
1.1.05	Sub-Total							
1.1.06	Títulos de dívida de filiais							
1.1.06	Sub-Total							
1.1.07	Títulos de dívida de associadas							
1.1.07	Sub-Total							
1.1.08	Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.1.08	Sub-Total							
1.1.09	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
1.1.09	Sub-Total							
1.1.10	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
1.1.10	Sub-Total							
1.1.11	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
1.1.11	Sub-Total							
1.1.12	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
1.1.12	Sub-Total							
1.2	Títulos Estrangeiros							
1.2.01	Partes de capital em filiais							
1.2.01	Sub-Total							
1.2.02	Partes de capital em associadas							
1.2.02	Sub-Total							
1.2.03	Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.2.03	Sub-Total							
1.2.04	Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
1.2.04	Sub-Total							
1.2.05	Títulos de dívida de filiais							
1.2.05	Sub-Total							
1.2.06	Títulos de dívida de associadas							
1.2.06	Sub-Total							
1.2.07	Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.2.07	Sub-Total							
1.2.08	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
1.2.08	Sub-Total							
1.2.09	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
1.2.09	Sub-Total							
1.2.10	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
1.2.10	Sub-Total							
1.2.11	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
1.2.11	Sub-Total							
1.2.12	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
1.2.12	Sub-Total							
1.2	Total							
2	OUTROS							
2.1	Títulos Nacionais							
2.1.1	Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1	Sub-Total							
2.1.1	Ações							
2.1.1	Sub-Total							
2.1.2	Títulos participação							
2.1.2	Sub-Total							
2.1.3	Unidades de participação em fundos de investimento							
2.1.3	Sub-Total							
2.1.4	AF Portfólio Imobiliário - FI							
2.1.4	Sub-Total							
2.1.4	Outros							
2.1.4	Sub-Total							
2.1.4	Sub-Total							
2.1.2	Títulos de dívida							
2.1.2	Sub-Total							
2.1.2	De dívida pública							
2.1.2	Sub-Total							

7



Valores em euros

ANEXO

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS													
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO							Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Propo médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço
										unitário	Total		
2.1.2.3	Banco Santander Total 3.25% 21/01/14		4000000	99,973	369 892,00	101,67119							
2.1.2.3	Caixa Geral Depo 3.625% 21/07/14		11000000	94,55	1 040 050,00	102,53784							406 684,77
2.1.2.3	Caixa Geral Depo 3.875% 09/12/16		13000000	94,14231	1 223 850,00	103,77141							1 127 916,19
2.1.2.3	Caixa Geral Depo 5.125% 15/02/14		8000000	101,85	811 100,00	104,53894							1 349 028,34
2.1.2.3	Jose de Mello 27/02/2017		10500000	99,84452	1 048 367,50	105,50244							627 221,66
2.1.2.3	Sub-Total		54000000	99,84452	5 100 567,50	81,26343							1 062 530,93
2.1.2	Sub-Total		193100000	99,84452	18 469 770,48	18 966 277,93							5 326 260,61
2.1	Sub-Total		193100000	99,84452	18 469 770,48	18 966 277,93							5 326 260,61
2.2	Títulos Estrangeiros		193100000	99,84452	18 469 770,48	18 966 277,93							5 326 260,61
2.2	Instrumentos de capital e unidades de participação		193100000	99,84452	18 469 770,48	18 966 277,93							5 326 260,61
2.2.1	Ações		193100000	99,84452	18 469 770,48	18 966 277,93							5 326 260,61
2.2.1	Sub-Total		193100000	99,84452	18 469 770,48	18 966 277,93							5 326 260,61
2.2.1.2	Títulos de participação		193100000	99,84452	18 469 770,48	18 966 277,93							5 326 260,61
2.2.1.2	Sub-Total		193100000	99,84452	18 469 770,48	18 966 277,93							5 326 260,61
2.2.1.3	Unidades de participação em fundos de investimento		193100000	99,84452	18 469 770,48	18 966 277,93							5 326 260,61
2.2.1.3	Sub-Total		193100000	99,84452	18 469 770,48	18 966 277,93							5 326 260,61
2.2.1.4	Outros		193100000	99,84452	18 469 770,48	18 966 277,93							5 326 260,61
2.2.1.4	Sub-Total		193100000	99,84452	18 469 770,48	18 966 277,93							5 326 260,61
2.2.1	Sub-Total		193100000	99,84452	18 469 770,48	18 966 277,93							5 326 260,61
2.2.2	Títulos de dívida		193100000	99,84452	18 469 770,48	18 966 277,93							5 326 260,61
2.2.2.1	De dívida pública		193100000	99,84452	18 469 770,48	18 966 277,93							5 326 260,61
2.2.2.1	BTPS 4.25% 01/09/14		12000000	103,696	1 244 352,00	103,63544							1 243 625,22
2.2.2.1	Belgium Kingdom Float 15/02/16		8000000	99,66	797 280,00	101,24752							809 980,18
2.2.2.1	FRTR 4% 25/10/14		5000000	103,852	519 250,00	101,76925							518 846,23
2.2.2.1	FRTR 4.25% 25/10/18		5000000	101,373	508 965,00	115,14014							575 705,68
2.2.2.1	HAGB 4.3% 15/07/14		20000000	102,969	2 059 780,00	104,08966							2 061 916,17
2.2.2.1	Republic of Austria 3.4% 20/10/14		1031174	103,174	1 073 561,00	103,15816							1 073 561,00
2.2.2.1	Spanish Govt 3.30% 31/01/14		320000	100,23	323 742,90	102,35151							330 596,37
2.2.2.1	Sub-Total		6073000	100,23	6 225 084,90	6 334 309,46							6 334 309,46
2.2.2	De outros emissores públicos		15000000	98,492	1 477 380,00	100,19225							1 502 883,27
2.2.2.2	European Invest Bk Float 15/01/16		10500000	99,895	1 048 897,50	101,72133							1 068 074,00
2.2.2.2	European		10500000	99,895	1 048 897,50	101,72133							1 068 074,00
2.2.2.2	European Union 3.25% 11/07/14		25000000	104,03	2 600 750,00	103,04582							2 576 145,54
2.2.2.2	EFSSF 1% 12/03/14		67000000	100,52837	6 735 468,00	100,90548							6 760 667,12
2.2.2.2	Institut Creditio Oci Float 25/03/14		12000000	99,971	1 199 652,00	100,00671							1 200 080,53
2.2.2.2	Int Bk Recon&Dev Cop 08/11/16		20000000	44,28043	885 508,67	50,26613							1 005 322,55
2.2.2.2	Sub-Total		148500000	102,449	13 947 756,17	103,4863							14 113 173,01
2.2.2	De outros emissores		11500000	102,449	1 178 163,50	103,4863							1 190 082,46
2.2.2.3	ABN AMRO Bank 3.75% 15/07/14		4000000	85,725	342 900,00	105,315							421 260,00
2.2.2.3	AYT Cedulas Caja 3.5% 14/03/16		11000000	108,39	1 192 290,00	112,07541							1 232 829,52
2.2.2.3	Banco Bilbao Viz 4.25% 18/01/17		1000000	103,468	103 468,00	104,05079							104 059,79
2.2.2.3	Banco Santander 3.125% 28/09/15		7000000	103,38	723 660,00	101,8137							712 695,69
2.2.2.3	Barclays Bk Plc 2.125% 08/09/14		9000000	99,843	898 587,00	100,41579							903 742,12
2.2.2.3	Barclays Bk Plc Float 17/01/14		7000000	100,335	702 345,00	106,19897							743 392,81
2.2.2.3	Bayer Hypo-Vereai 3.5% 03/02/15		61200000	51,12919	613 550,26	55,31507							663 780,80
2.2.2.3	Bayer Hypo-Vereai Bank 5.43% 21/1/2018		10000000	87,16	871 600,00	90,96033							909 603,28
2.2.2.3	CEMG-Cayman Island Float 19/04/16		5000000	93,44	467 200,00	86,11196							430 559,93
2.2.2.3	Caja Madrid 4.125% 24/03/16		8000000	99,94	799 400,00	100,15411							800 541,58
2.2.2.3	Damier Inti Fin Float 16/05/14		6000000	99,862	598 460,00	100,15411							600 541,58
2.2.2.3	Danske Bank Plc Float 13/03/14		1000000	103,29	1 032 900,00	100,22535							1 036 600,00
2.2.2.3	EDP Finance BV 4.625% 13/06/16		16500000	102,29	1 684 600,00	105,11664							1 734 428,63
2.2.2.3	EDP Finance BV 3.5% 18/02/14		10000000	100,29	1 002 900,00	107,75892							1 077 598,18
2.2.2.3	EDP Finance BV 3.5% 18/02/14		10000000	100,29	1 002 900,00	107,75892							1 077 598,18
2.2.2.3	Eurohypo AG 3.25% 26/10/15		21000000	99,0824	2 080 780,00	99,89429							2 087 778,55
2.2.2.3	GE Cap Eur Fued Float 03/04/14		3000000	96,719	290 151,00	105,41267							316 238,01
2.2.2.3	GE Cap Eur Fued Float 03/04/14		8000000	100,025	800 200,00	100,10524							800 841,89
2.2.2.3	Haas-Bank Intl Ag 3.75% 17/03/14		1500000	95,921	143 881,50	101,71918							152 578,77
2.2.2.3	Hypo Alpe-Adria Float 20/03/15		3000000	99,965	299 895,00	96,34524							289 035,73
2.2.2.3	KPW Float 01/02/16		20000000	100	2 000 000,00	100,08267							2 001 653,33
2.2.2.3	Man SE Float 21/05/14		5620000	99,85	561 157,00	99,904							561 460,48
2.2.2.3	Portugal Tel Fin 4.125% 28/08/14		10000000	101,21	1 012 100,00	103,05892							1 030 529,17
2.2.2.3	Portugal Tel Fin 5.825% 08/02/16		5000000	99,973	486 865,00	111,65197							558 259,86
2.2.2.3	Rabobank Nederland Float 13/01/14		13000000	99,901	1 298 713,00	100,21385							1 302 780,06
2.2.2.3	Santander Intl 4.125% 04/10/17		10000000	102,97	1 029 700,00	109,04052							1 090 405,20
2.2.2.3	Societe Generale 3.75% 21/08/14		3000000	99,884	299 652,00	103,34616							310 044,49
2.2.2.3	Unicredit Bank Float 14/04/14		12000000	101,39	1 139 400,00	99,76							1 197 120,00
2.2.2.3	Unicredit Bk Austria AG 3% 09/05/14		11000000	101,39	1 115 290,00	102,81473							1 130 991,99
2.2.2.3	Unicredit Bk Austria AG 3% 09/05/14		2000000	99,956	199 912,00	97,34492							194 689,83
2.2.2.3	Unicredit Itali Float 15/03/16		12230000	99,656	1 223 300,00	103,50438							1 275 174,00
2.2.2.3	Volkswagen Int Fin 2.125% 19/01/15		254440000	24,630	24 630 725,18	24,630 725,18							25 434 927,85
2.2.2.3	Sub-Total		48467000	99,656	48 467 000,00	48 467 000,00							48 862 410,34
2.2.2	Sub-Total		48467000	99,656	48 467 000,00	48 467 000,00							48 862 410,34
2.2	Derivados de Negociação		65777000		65 231 508,15								66 569 663,79
2.2	Sub-Total		65777000		65 231 508,15								66 569 663,79
2.3	Derivados de Cobertura		65777000		65 231 508,15								66 569 663,79
2.3	Sub-Total		65777000		65 231 508,15								66 569 663,79
2.4	Sub-Total		65777000		65 231 508,15								66 569 663,79
3	TOTAL GERAL		1930700		65 332 466,15								66 673 302,65
3	TOTAL GERAL		1930700		65 332 466,15								66 673 302,65